

A INCLUSÃO DO DEFICIENTE AUDITIVO NAS ESCOLAS REGULARES BRASILEIRAS

Máira Tavares Mesquita*

RESUMO

Este artigo descreve um pouco sobre a surdez, suas causas, consequências sociais e a legislação que protege os deficientes auditivos. Trata-se de um estudo sobre os principais aspectos da inclusão. Uma escola pode ser considerada inclusiva, quando não faz distinção entre seres humanos, não seleciona ou diferencia com base em julgamentos de valores como “perfeitos e não perfeitos”, “normais e anormais”. É aquela que proporciona uma educação voltada para todos, de forma que qualquer aluno que dela faça parte, independente deste ser ou não portador de necessidades especiais, tenha condição de conhecer, aprender, viver e ser, num ambiente livre de preconceitos que estimule suas e a formação de uma consciência crítica. Muito ainda deve-se ser feito para que a inclusão do deficiente auditivo nas escolas regulares brasileiras seja eficaz. É um trabalho multidisciplinar onde professores, alunos surdos, intérpretes e alunos ouvintes aprendam a lidar com as diferenças, não para anulá-las, mas para poder usá-las como fonte de contato verdadeiro e de amadurecimento mútuo.

Palavras-chave: Deficiente auditivo. Escola. Sociedade.

1 INTRODUÇÃO

Ser surdo é saber que pode falar com as mãos e aprender uma língua oral-auditiva. É conviver com pessoas que, em um universo de barulho, se deparam com pessoas que estão percebendo o mundo, principalmente, pela visão, e isso faz com que eles sejam diferentes e não necessariamente deficientes.

A educação de pessoas surdas é um tema bastante preocupante pois há um número significativo de sujeitos surdos que passaram por anos de escolarização e apresentam

* Graduada em Licenciatura em Letras do Centro Universitário do Sul de Minas – UNIS-MG. E-mail: mairatmesq@hotmail.com

competências muito aquém do desempenho de alunos ouvintes, apesar de suas capacidades cognitivas iniciais serem semelhantes. Uma evidente inadequação do sistema de ensino é responsável por estes dados, revelando a urgência de medidas que favoreçam o desenvolvimento pleno destas pessoas.

A partir da década de 90 difundiu-se com força a defesa de uma política educacional de inclusão dos sujeitos com necessidades educativas especiais, propondo maior respeito e socialização efetiva destes grupos e contemplando, assim, também, a comunidade surda. Houve um movimento contra os programas de educação especial e incentivo às práticas de inclusão de pessoas surdas em escolas regulares. Têm sido diversas as formas de inclusão. E é inegável que a maioria dos alunos surdos sofreu uma escolarização pouco responsável. Este artigo tenta descrever a surdez, suas principais causas, conseqüências e ainda fala como vem sendo feita e como deve ser a inclusão do aluno surdo em uma escola regular.

2 SURDEZ

Ter um filho perfeito é o sonho de todo casal, pois se acredita que este irá assegurar a continuidade da família. Esta criança vem com a missão vencedora, de acordo com as expectativas criadas pelos pais. E, se a criança é acometida pela surdez, a família geralmente se frustra, e nem sempre consegue dar apoio necessário para que esta possa se desenvolver.

Surdez é a falta da habilidade da criança, “para ouvir tons ambientes, e sons da fala humana, que são complexos.” (DIAS, 1995. p.3).

Surda é uma pessoa cuja audição esteja prejudicada a ponto de impedir a compreensão da fala através do ouvido apenas, com ou sem uso de um aparelho auditivo. Uma pessoa deficiente auditiva (D. A.) é aquela cuja audição esteja prejudicada a ponto de dificultar, mas não impedir, a compreensão da fala através do ouvido apenas, com ou sem o uso de um aparelho auditivo. (MOORE. apud. FREEMAN I, CARBIN II, BOESE III, 1999, p.29).

A surdez é geralmente dividida em dois tipos: primeiro a causada por lesão da cóclea ou do nervo auditivo, que é usualmente classificada como “surdez neural”, e segundo, a causada por lesão dos mecanismos de transmissão do som para dentro da cóclea, que é usualmente chamada de “surdez de condução”. Se a cóclea ou o nervo auditivo forem destruídos, a pessoa ficará permanentemente surda. No entanto se a cóclea e o nervo ainda estiverem intactos, mas se o sistema tímpano-ossicular tiver sido destruído ou anquilosado (“congelado” numa posição por fibrose ou calcificação), as ondas sonoras ainda podem ser conduzidas para dentro da cóclea por meio da

condução óssea a partir de um gerador de som amplificado ao crânio. (GUYTON e HALL, 1996, p.609).

Existem dois tipos principais de problemas auditivos, conhecidos como perda “condutiva” e perda “neurossensorial”. A perda condutiva tem boas perspectivas de cura, com tratamentos ou cirurgias para correção do problema. Já a perda neurossensorial é irreversível, e a pessoa com esse tipo de perda, além de ter o som distorcido, só consegue captar sons de maior intensidade. Por isso, algumas delas encontram dificuldades para ouvirem, mesmo aparelhadas.

2.1 Causas

Dentre as causas pré-natais, as mais comumente encontradas são: rubéola intra-uterina, toxoplasmose, citomegalovírus, diabetes, sífilis, irradiação, hipóxia, drogas ototóxicas, alcoolismo materno e má formação fetal. As causas peri-natais (ocorridas durante o nascimento) são: anóxia ou hipóxia, prematuridade, traumas do parto e infecções maternas na hora do parto. As causas pós-natais da surdez são: anóxia ou hipóxia, infecções bacterianas (encefalite, meningite), ruídos induzidos, icterícia ou hiperbilirubinemia (fator RH), e baixo peso em casos de partos prematuros. (BEVILACQUA, 2003, p.11, 23 e 24).

2.2 Consequências sociais

Indivíduos com perdas neurossensoriais, em grau severo, escutam sons como foguetes, aviões, latidos, caminhões e serras elétricas (em torno de 71 a 90 dB), e não ouvem a voz humana sem a prótese auditiva. Em grau profundo, escutam só os sons que produzem vibrações fortes como: helicóptero, avião, trovão (acima de 90 dB). Quando não são beneficiados pelo uso de próteses auditivas, ou seja, quando não conseguem, com o aparelho, ouvir claramente a voz humana, esses indivíduos são considerados surdos.

Quanto mais cedo for detectado o problema, mais rápido a criança poderá ser atendida de modo adequado. É fundamental a detecção precoce da surdez, para que haja apoio ao desenvolvimento da linguagem e à interação com o meio social. O acompanhamento da gestante no período pré-natal favorece o diagnóstico precoce do problema. Quando isso não acontece, o diagnóstico pode ocorrer tardiamente, porque as características apresentadas pela criança surda nem sempre são fáceis de serem percebidas pela família.

2.3 Legislação

Segundo Aranha (1980) e Pessoti (1984), as pessoas com deficiência, na Antiguidade, eram abandonadas ao relento até a morte. Na Idade Média, a filosofia cristã inculca a ideia de que a pessoa com deficiência não teria alma. A deficiência era ora desígnios divinos, ora possessão do demônio. A Igreja controlava seus fiéis a partir da concepção de que a deficiência seria um castigo vindo dos céus. Com a formação dos Estados Modernos, há uma nova divisão dos processos produtivos e os recursos humanos, até então desconsiderados, que passam a ser vistos como força de trabalho; mas essa lógica não atingia o grupo de deficientes, que permaneceu sendo visto como grupo não produtivo. Na mesma época, a problemática da deficiência era escopo não apenas dos estudos teológicos e relativos à moralidade, mas também da Medicina.

Os primeiros 'tratamentos' propunham a Institucionalização dessa população, que não era mais sacrificada após o nascimento, mas confinada em Hospitais Psiquiátricos, Dispensários, também denominados de Instituições Totais (paradigma da institucionalização).

A não produtividade continuava a ser valorada negativamente. Somente em meados do século XX é que se passa a considerar a "integração social das minorias", em resposta ao pós-guerra. O paradigma dos serviços assume a defesa dos direitos do cidadão. A Institucionalização e a 'normalização' são questionadas e suplantadas por modelos assistenciais em que cabe à sociedade oferecer os serviços que os cidadãos com deficiência têm direito.

Os custos para a sustentação desse modelo parecem ter motivado a revisão desses conceitos. Surge, então, o terceiro e último paradigma, o paradigma do suporte. A partir deste, disponibiliza-se ao cidadão com deficiência apoios que se mostrem necessários para a otimização de seu potencial pleno no que se refere às estratégias, ações e/ou tecnologias.

A rede de atenção básica de Saúde situa-se entre os paradigmas institucionalizante e de serviço. Os gerentes das Unidades Básicas de Saúde, no entanto, apesar de não demonstrarem ciência exata dos caminhos a serem traçados, demonstram reconhecer o lapso apresentado na problematização do tema e mostram-se consonantes com a tendência dos futuros meios para a Promoção do Acesso da Comunidade Surda à rede de atenção Básica (os paradigmas de suporte).

3 A ESCOLA EM RELAÇÃO AO PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS

A questão da inclusão de pessoas portadoras de necessidades especiais em todos os recursos da sociedade ainda é muito incipiente no Brasil. Movimentos nacionais e internacionais têm buscado um consenso para formatar uma política de inclusão de pessoas portadoras de deficiência na escola regular. Passos fundamentais devem ser dados para mudar o quadro de marginalização dessas pessoas, como: alteração da visão social; inclusão escolar; acatamento à legislação vigente; maiores verbas para programas sociais; uso da mídia, da cyber cultura e de novas tecnologias. Cabe a todos os integrantes da sociedade lutar para que a inclusão social dessas pessoas seja uma realidade brasileira no próximo milênio. (MACIEL, 2000, p.51-56).

3.1 A escola e o surdo

“A linguagem é responsável pela regulação da atividade psíquica humana, pois é ela que permeia a estruturação dos processos cognitivos. Assim, é assumida como constitutiva do sujeito, pois possibilita interações fundamentais para a construção do conhecimento” (Vigotski, 2001). A linguagem é adquirida na vida social e é com ela que o sujeito se constitui como tal, com suas características humanas, diferenciando-se dos demais animais. É no contato com a linguagem, integrando uma sociedade que faz uso dela, que o sujeito a adquire. Já para as pessoas surdas, esse contato revela-se prejudicado, pois a língua oral é percebida por meio do canal auditivo, alterado nessas pessoas.

Assim, “os sujeitos surdos pela defasagem auditiva enfrentam dificuldades para entrar em contato com a língua do grupo social no qual estão inseridos.” (Góes, 1996). Desse modo, no caso de crianças surdas, o atraso de linguagem pode trazer consequências emocionais, sociais e cognitivas, mesmo que realizem aprendizado tardio de uma língua.

Devido às dificuldades acarretadas pelas questões de linguagem, observa-se que as crianças surdas encontram-se defasadas no que diz respeito à escolarização, sem o adequado desenvolvimento e com um conhecimento aquém do esperado para a sua idade. Disso advém a necessidade de elaboração de propostas educacionais que atendam às necessidades dos sujeitos surdos, favorecendo o desenvolvimento efetivo de suas capacidades.

A educação inclusiva defende o compromisso de que a escola deve assumir o educar de cada estudante, contemplando a pedagogia da diversidade, pois todos os

alunos deverão estar dentro da escola regular, independente de sua origem social, étnica ou linguística.

A implementação da inclusão tem como pressuposto um modelo no qual cada criança é importante para garantir a riqueza do conjunto, sendo desejável que na classe regular estejam presentes todos os tipos de aluno, de tal forma que a escola seja criativa no sentido de buscar soluções visando manter os diversos alunos no espaço escolar, levando-os a obtenção de resultados satisfatórios em seu desempenho acadêmico e social. (MAZZOTA, 1996).

A inclusão escolar é vista como um processo dinâmico e gradual, que pode tomar formas diversas dependendo das necessidades dos alunos, já que se pressupõe que essa integração/inclusão possibilite, por exemplo, a construção de processos linguísticos adequados, de aprendizado de conteúdos acadêmicos e de uso social da leitura e da escrita, sendo o professor responsável por mediar e incentivar a construção do conhecimento através da interação entre todos os envolvidos.

O aluno surdo, frequentemente, não compartilha uma língua com seus colegas e professores, estando em desigualdade linguística em sala de aula, sem garantia de acesso aos conhecimentos trabalhados, aspectos estes, em geral, não problematizados ou contemplados pelas práticas inclusivas.

É fundamental acreditar que valores e princípios da educação inclusiva sejam capazes de promover instituições mais justas do que aquelas que fundamentaram a segregação, compreender que o discurso em defesa da inclusão se constitui historicamente como oposto ao da segregação e, nesse contexto, reconhecer a importância de destacar as vantagens da educação inclusiva não pode ocultar os problemas todos que esta mesma "educação inclusiva" impõe. A autora defende que a questão central dos ideais da educação inclusiva se confronta com a desigualdade social presente no Brasil e em outros países em desenvolvimento. (LAPLANE, 2004. p. 05-20).

3.2 O uso de libras

Partindo do conhecimento sobre as línguas de sinais, amplamente utilizadas pelas comunidades surdas, surge a proposta de educação bilíngue que toma a língua de sinais como própria dos surdos, sendo esta, portanto, a que deve ser adquirida primeiramente.

É a partir da língua de sinais que o sujeito surdo deverá entrar em contato com a língua majoritária de seu grupo social, a língua escrita, que será, para ele, sua segunda língua. Assim, do mesmo modo que ocorre quando as crianças ouvintes aprendem a falar a criança surda, exposta à língua de sinais, irá adquiri-la e poderá desenvolver-se,

no que diz respeito aos aspectos cognitivos e linguísticos, de acordo com sua capacidade. A proposta de educação bilíngue, ou bilinguismo, como é comumente chamada, tem como objetivo educacional tornar presentes duas línguas no contexto escolar, no qual estão inseridos alunos surdos.

3.3 O papel do intérprete

Uma questão central é definir melhor a função do intérprete educacional; figura desconhecida, nova, que, com um delineamento mais adequado (direitos e deveres do intérprete, limites da interpretação, divisão do papel de intérprete e de professor, relação do intérprete com alunos surdos e ouvintes em sala de aula, entre outros), poderia favorecer um melhor aproveitamento deste profissional no espaço escolar.

No contexto escolar, especialmente aquele que envolve crianças mais novas, é impossível desempenhar um papel estritamente de intérprete. O intérprete participa das atividades, procurando dar acesso aos conhecimentos e isso se faz com tradução, mas também com sugestões, exemplos e muitas outras formas de interação inerentes ao contato cotidiano com o aluno surdo em sala de aula. Todavia, se este papel não estiver claro para o próprio intérprete, professores, alunos e aluno surdo, o trabalho torna-se pouco produtivo, pois se desenvolve de forma insegura, com desconfiança, desconforto e superposições. (ANTIA & KREIMEIYER, 2001, p. 355-365).

É preciso reconhecer que a presença do intérprete em sala de aula tem como objetivo tornar os conteúdos acadêmicos acessíveis ao aluno surdo. Entretanto, o objetivo último do trabalho escolar é a aprendizagem do aluno surdo e seu desenvolvimento em conteúdos acadêmicos, de linguagem, sociais, entre outros. A questão central não é traduzir conteúdos, mas torná-los compreensíveis, com sentido para o aluno. Deste modo, alguém que trabalhe em sala de aula, com alunos, tendo com eles uma relação estreita, cotidiana, não pode fazer sinais – interpretando – sem se importar se está sendo compreendido, ou se o aluno está aprendendo.

Nessa experiência, o interpretar e o aprender estão indissolivelmente unidos e o intérprete educacional assume, inerentemente o seu papel, a função de também educar o aluno.

A questão das dificuldades de comunicação dos surdos é bastante conhecida, mas, na realidade brasileira, as leis 10.436, 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a língua de sinais brasileira, e mais recentemente o Decreto 5626/05, que regulamenta as leis 10.098/94 e 10.436/02 e orienta ações para o atendimento à pessoa surda e este

conhecimento não tem sido suficiente para propiciar que o aluno surdo, que frequente uma escola de ouvintes, seja acompanhado por um intérprete. Além disso, a presença do intérprete de língua de sinais não é suficiente para uma inclusão satisfatória, sendo necessária uma série de outras providências para que este aluno possa ser atendido adequadamente: adequação curricular, aspectos didáticos e metodológicos, conhecimentos sobre a surdez e sobre a língua de sinais, entre outros. A presença de um intérprete de libras em escolas brasileiras é, sem dúvida, algo ainda pouco comum.

Contudo, a desinformação dos professores e o desconhecimento sobre a surdez e sobre modos adequados de atendimento ao aluno surdo são frequentes. Infelizmente, a maior parte das inclusões escolares de surdos é pouco responsável. A escola se mostra inicialmente aberta a receber a criança (também porque há a força da lei que diz que a escola deve estar aberta à inclusão), discute as características da criança no momento de sua entrada e, depois, insere-a na rotina, sem qualquer cuidado especial.

A tarefa é criar espaços educacionais onde a diferença esteja presente, e se possa aprender com o outro, sem que aspectos fundamentais do desenvolvimento de quaisquer dos sujeitos sejam prejudicados. A escola, para além dos conteúdos acadêmicos, tem espaço para atividades esportivas, de lazer, de artes e de criação, nas quais poderiam conviver crianças com diferentes necessidades, desde que as atividades fossem preparadas e pensadas para isso. Não se trata de inserir a criança surda nas atividades propostas para ouvintes, mas de pensar atividades que possam ser integradoras e significativas para surdos e ouvintes.

4 CONCLUSÃO

Após esse estudo conclui-se que a prevenção da surdez deve ser realizada nas ações de planejamento familiar, no acompanhamento profissional. Deve-se manter a saúde com cuidados preventivos. A partir do momento em que a surdez surgiu, a família que tem como membro um surdo, precisa ser orientada para que se conscientize de que esta criança tem uma deficiência auditiva, e não mental. Assim ela poderá atuar na sociedade, e lutar por seus direitos.

A questão da inclusão não é algo que envolve apenas a surdez, mas se refere a uma reflexão mais ampla da sociedade, buscando formas de melhor se relacionar com sujeitos de outra cultura, que falam outra língua, que professam outra fé religiosa, entre outros. Trata-se de um tema muito debatido atualmente e que busca refletir sobre formas

adequadas de convivência, ampliando os conhecimentos sobre a realidade cultural do outro, sem restrição ou exigência de adaptação às regras do grupo majoritário.

Nesse cenário, a educação dos surdos é um tema polêmico que gera sempre debates acalorados, pois, de um lado, está o respeito às questões da diferença linguística, à identidade surda, e aos modos próprios de relação cultural (apreensão do mundo) que os sujeitos surdos têm; de outro lado, a preocupação com a inclusão deste grupo na comunidade majoritária, respeitando suas diferenças e necessidades, mas atentando para que não se constitua como uma comunidade à parte, marginalizada. Este debate acaba se materializando na defesa, de um lado, de escolas de surdos e, de outro, pela inserção do aluno surdo na escola de todos.

Em relação à socialização a inclusão do D. A. nas escolas regulares brasileiras é eficaz, mas em termos de aprendizagem ainda está muito a desejar.

THE INCLUSION OF THE DEAF PEOPLE IN THE REGULAR BRAZILIAN SCHOOLS

ABSTRACT

This article argue about deafness, its causes, its social consequences and the legislation that protects the people unable to hear. It is a study based on the main aspects of the inclusion. A school can be considered inclusive, when it establishes any kind of distinction between human beings, nor selects or differentiates people them based on prejudice and values as "perfect or imperfect", "normal or defective". The inclusive school provides education for everyone in a such manner that the student who takes part of it, requiring or not special cares, can learn, know, live and be, in a safe and unprejudiced environment that stimulates his/her personal development and the critic awareness. The results have shown that there is so much to be done in order to get effective inclusion of the deaf students in the Brazilian regular schools. It is a multidisciplinary effort that involves teachers, deaf students, interpreters and non deaf students in order to learn how to deal with differences, not avoiding them, but using them as a source of true contact and mutual development.

Keywords: *Deafness. School. Society.*

REFERÊNCIAS

ANTIA, S.D.; KREIMEYER, H. **The role of interpreters in inclusive classrooms.** American Annals of the Deaf, Washington, DC, 2001.

ARANHA, M. **Review of the REHABILITATIONMOVEMENT in the United States and proposalsfor an extended rehabilitation model in Brazil.** 1980. Dissertation. Southern Illinois University, Carbondale, Ill, 1980.

BEVILACQUA, Maria Cecília. **Audiologia educacional: uma Opção Terapêutica.** São Paulo: Pró Fono, 2003.

BRASIL. Ministério da Saúde. Decreto 5626/05 que regulamenta a Lei nº 10436 de 24 de abril de 2002. Brasília: Ministério da Saúde, 2005.

BRASIL. Decreto Lei n. 339, de 22 de dezembro de 2005. Brasília, DF, 2005.

BRASIL. Lei 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e dá outras providências.

DIAS, S. M. S. **Surdez: Abordagem Geral.** Rio de Janeiro: FENEIS, 1995.

FREEMAN, R. D.; CARBIN, C. F. & BOESE, R. J. **Seu filho escuta? Um guia para todos os que lidam com crianças surdas.** Brasília: Valci, 1999.

GÓES, M. C. R. **Linguagem, surdez e educação.** Campinas: Autores Associados, 1996.

GUYTON e HALL. **Tratado de Fisiologia Médica.** Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1997.

LAPLANE, A. **Políticas e práticas de educação inclusiva.** Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

MACIEL, M. R. C. Portadores de deficiência: a questão da inclusão social. **Perspec.** [online], São Paulo, v.14, n.2, p. 51-56, 2000.

MAZZOTA, M.J.S. **Educação especial no Brasil: história em políticas.** São Paulo: Cortez, 1996.

PESSOTTI, I. **Deficiência mental: da superstição à ciência.** São Paulo: T. A Queiroz, 1984.

SILVEIRA BUENO, J.G. A educação do deficiente auditivo no Brasil. In: **TENDÊNCIAS e desafios da educação especial.** Brasília, DF: SEESP, 1994.

VIGOTSKI, L. S. **A construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

José Marcos Romano*

RESUMO

O artigo apresenta uma análise das vantagens competitivas da customização em massa em uma empresa fornecedora de componentes plásticos para a indústria de eletrodomésticos. Foi trabalhada essa teoria, a proposta que trata de seis competências para a customização de massa e uma segunda teoria que envolve nove fatores para o relacionamento interorganizacional. O objeto de estudo foi uma pesquisa descritiva qualitativa através de um roteiro junto a gerente de negócios na indústria CRV. Como resultado podemos observar que as duas teorias em questão estão associadas visando qualidade do produto, o relacionamento entre as empresas e o processo de produção e logística.

Palavras-chave: Customização, Massa, Interorganizacional, Plástico

INTRODUÇÃO

O presente trabalho de pesquisa tem como objetivo analisar as vantagens competitivas da customização em massa em uma empresa fornecedora de componentes plásticos para a indústria de eletrodomésticos. O motivo foi trabalhar duas teorias sobre o assunto, sendo a proposta de PLATT et al. (2007), onde a customização em massa requer seis competências principais e a ideia de identificação do especialista do cliente; Projeto Modular, Gestão da Cadeia de Valor, Produção Essencial, Organização de Programas, Gestão Mixiprojetos.

A segunda teoria, de SLACK (1997) diz que fornecedores e clientes podem cooperar entre si, compartilhando recursos e habilidades, a fim de conseguir benefícios conjuntos, além de que compartilham ganhos sociais. O autor propõe o relacionamento de fornecimento em parceria